



Número: **0038881-48.2019.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 32ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **03/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | Procurador/Terceiro vinculado |
|--|--|
| JULIANA ALVES DE LIMA (AUTOR) | DIEGO MEDEIROS PAPARIELLO (ADVOGADO) CAMILLA ALMEIDA LOPES TAVARES (ADVOGADO) |
| TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A. (RÉU) | RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO) |
| PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO) | |

| Documentos | | | |
|--------------|--------------------|-------------------------------------|----------------|
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 53276 262 | 01/11/2019 09:14 | Intimação | Intimação |
| 53276 265 | 04/11/2019 10:16 | Alvará | Alvará |
| 53772 396 | 11/11/2019 15:30 | Intimação | Intimação |
| 53782 818 | 11/11/2019 16:50 | Impressão de alvará | Petição em PDF |



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 32ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0038881-48.2019.8.17.2001
AUTOR: JULIANA ALVES DE LIMA

RÉU: TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A.

INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 32ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 52890347, conforme segue transcrito abaixo:

"JULIANA ALVES DE LIMA ajuizou ação de cobrança de seguro obrigatório (DPVAT) em face da TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A, qualificadas nos autos, aduzindo, em síntese, que sofreu acidente de trânsito do qual resultou debilidade permanente. Requereu a condenação da demandada ao pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), aduzindo ainda, não ter recebido nada administrativamente, embora tenha requerido. A ré compareceu aos autos após citação e apresentou em preliminar de contestação, inépcia da inicial e falta de interesse de agir. No mérito aduziu que o autor não faria jus a indenização, por isso lhe fora negado na esfera administrativa, ausência de laudo do IML e necessidade de laudo pericial. É o que importa relatar. Decido. Quanto a ausência de interesse de agir, a preliminar não merece prosperar, vez que a ré não trouxe qualquer documento escrito pelo autor através do qual renunciou seu direito de buscar indenização, motivo pelo qual rejeito a alegação de que houve quitação outorgada de próprio punho. Sobre a inépcia da inicial por não haver sido juntado o laudo do IML. Como lembra Fredie Didier, "a inépcia (ou inaptidão) da petição inicial gira em torno de defeitos vinculados à causa de pedir e ao pedido; são defeitos que não apenas dificultam, mas impedem o julgamento do mérito da causa"[1]. A ausência de provas não impede o julgamento do mérito da causa, pelo contrário, pode ocasionar um julgamento desfavorável a quem alegou e não provou. O Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) cobre indenização por invalidez permanente, no valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 3º, inciso II, da Lei n. 6.194/74, conforme a redação dada pela Medida Provisória 340/2006, aplicável na data do sinistro. Como a requerente comprovou o evento gerador do direito ao recebimento da parcela indenizatória, faz jus à indenização prevista na referida Lei. Ressalto, entretanto, que, por se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, a hipótese se enquadra no art. 3º, § 1º, inciso II, da Lei nº. 6.194/74, que proclama o seguinte: Art. 3o (...) § 1o No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (...) II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para



as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. No laudo pericial realizado (ID nº 52445266), restou demonstrada que a lesão comprometeu apenas parte do segmento corporal da autora (tornozelo esquerdo) em 10% com repercussão residual. Diante do exposto, resolvo o mérito da causa e, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo procedente em parte os pedidos formulados na petição inicial para condenar a ré ao pagamento da indenização no aporte de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), equivalente a lesão sofrida, corrigidos monetariamente pelo índice da Tabela ENCOGE desde o evento danoso (Súmula 580 do STJ) e juros moratórios de 1% a.m., desde a citação (Súmula 426 do STJ); Diante do pedido formulado na petição inicial e, por conseguinte, o demandante decaiu da parte máxima de seu pedido, condeno o autor ao pagamento de honorários advocatícios que fixo em 20% sobre o valor atribuído à causa, observada a regra do Art.98, §3º, do CPC. Condeno a seguradora aos honorários periciais já adimplidos em razão da inversão do ônus da prova. Após o trânsito em julgado, aguarde-se o pedido de cumprimento de sentença por 15 dias. Em caso de inércia, arquivem-se os autos provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte interessada. Publique-se. Intime-se. Recife, 24 de outubro de 2019. José Júnior Florentino dos Santos Mendonça Juiz de Direito"

RECIFE, 1 de novembro de 2019.

ADALBERTO DA SOLEDADE SILVA FILHO
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 32ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0038881-48.2019.8.17.2001
AUTOR: JULIANA ALVES DE LIMA
RÉU: TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A.

ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE VALORES

O(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da **Seção A da 32ª Vara Cível da Capital**, **AUTORIZA**, através do presente Alvará, o **LEVANTAMENTO**, pelo beneficiário, do valor autorizado, como descrito no quadro abaixo:

BENEFICIÁRIO (001): PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO - CPF: 009.226.694-06.
VALOR AUTORIZADO: R\$ 300,00 (trezentos reais), com juros e correção monetária porventura existentes.
DADOS DO DEPÓSITO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CONTA – 2717 040 01749027-0

Tudo conforme **DECISÃO** de **ID 47357111**, dos autos do Processo Judicial Eletrônico-PJe, acima epigrafado:
"Entregue o laudo, expeça-se alvará em favor do perito".

Eu, ADALBERTO DA SOLEDADE SILVA FILHO, digitei e submeto à conferência e assinaturas o presente alvará com o número de identificação constante no rodapé. RECIFE, 1 de novembro de 2019.

Frederico Augusto M. Magnata
Diretoria Cível do 1º Grau
(Assinado eletronicamente)

José Júnior Florentino dos Santos Mendonça
Juiz(a) de Direito
(Assinado eletronicamente)

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: www.tje.jus.br – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [<https://pje.tje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 32ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0038881-48.2019.8.17.2001
AUTOR: JULIANA ALVES DE LIMA

RÉU: TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A.

ATO ORDINATÓRIO - INTIMAÇÃO PARA LEVANTAMENTO DE ALVARÁ

Em cumprimento ao disposto no Provimento n.º 08/2009 do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco, publicado no DOPJ de 09/06/2009, e nos termos do art. 162, § 4º do CPC, intimo o perito nomeado para informar que o(s) Alvará(s) de ID(s) 53276265, encontra(m)-se disponível(eis) para impressão no próprio PJe e podem ser levantados diretamente na Instituição Financeira indicada no documento, apenas com a assinatura eletrônica do Magistrado indicada no documento.

RECIFE, 11 de novembro de 2019.

ADALBERTO DA SOLEDADE SILVA FILHO
Diretoria Cível do 1º Grau



Alvará impresso.

Grato.

